

O IMPACTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO (SAEPE) NA GESTÃO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL.

Marinaldo Alves de Souza¹

Dielson Alves Vilela²

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues³

RESUMO

Nas últimas décadas, as avaliações externas em larga escala consolidaram-se como um dos principais mecanismos de monitoramento e regulação das políticas educacionais no Brasil, especialmente em estados que implantaram seus próprios sistemas. Esse processo esteve associado a reformas inspiradas na lógica da Nova Gestão Pública, que atribui centralidade a metas, indicadores e resultados como critérios de qualidade e eficiência. Para Ball (2001), tais reformas globais reconfiguram as políticas locais, imprimindo uma racionalidade gerencialista que redefine o papel da escola e da gestão escolar. Diferentes autores têm discutido os efeitos desse movimento: Bonamino (2002) alerta para os riscos do estreitamento curricular e da indução de práticas pedagógicas voltadas ao teste; Brooke e Cunha (2011) ressaltam que, embora os sistemas de avaliação possam subsidiar o planejamento pedagógico, seu uso inadequado tende a reforçar desigualdades; Freitas (2012, 2013) enfatiza que a *accountability*, quando punitiva, pressiona professores e gestores, fragilizando a autonomia docente e interferindo na identidade profissional; e Ravitch (2011) evidencia como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação pública, reforçando processos de responsabilização e de perda de sentido formativo. É nesse contexto que se insere o presente artigo, que analisa os impactos do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) na gestão escolar da rede estadual, considerando seu uso como instrumento de formulação de políticas públicas e de monitoramento do desempenho educacional. Para tanto, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, mobilizando autores centrais do campo da avaliação e da *accountability*, bem como documentos oficiais da Secretaria de Educação de Pernambuco, de modo a compreender criticamente as repercussões do SAEPE para a gestão escolar e para a prática pedagógica.

Palavras-chave: Avaliação educacional; SAEPE; *Accountability*; Prática docente; Políticas públicas.

¹ Marinaldo Alves de Souza é graduado em Letras pela UPE (1999), especialista em Avaliação Educacional pela UFPE (2002) e mestre em Educação pela UPE (2019). Atuou como Gerente de Avaliação e Monitoramento das Políticas Educacionais da SEE/PE (2014-2018) e como professor em instituições como a FFPNM/UPE e a FAST. Atualmente é professor-formador na Gerencia Regional de Educação Recife Sul SEE/PE.

² Dielson Alves Vilela é licenciado em Letras (Português/Inglês) pela Faculdade São Miguel, com pós-graduação em Metodologia da Tradução (FAFIRE). Professor efetivo do município de Venturosa, possui experiência no ensino de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas literaturas. Atualmente é professor-formador na Gerencia Regional de Educação Recife Sul SEE/PE.

³ Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues é graduado em Filosofia (UNICAP, 1987), mestre em Planificación y Gestión Organizacional (UAM, 1999) e doutor em Educação pela UFPE (2009). Professor adjunto da UPE, atua como pesquisador em gestão e políticas públicas em educação e exerceu funções de pró-reitor na instituição.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as avaliações externas em larga escala consolidaram-se como instrumentos centrais de monitoramento e regulação dos sistemas educacionais, em consonância com reformas educacionais inspiradas na lógica da eficiência e do controle (AFONSO, 2009; FREITAS, 2012). No Brasil, além do SAEB, diferentes estados instituíram sistemas próprios, buscando realizar diagnósticos mais próximos de suas redes e subsidiar políticas de ensino (BONAMINO, 2002; BROOKE; CUNHA, 2011). Em Pernambuco, o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) foi criado no final da década de 1990, com a finalidade de aferir a qualidade do ensino e orientar intervenções pedagógicas (PERNAMBUCO, 1999; BONAMINO; SOUSA, 2012).

Embora inicialmente concebido como um instrumento de apoio, o SAEPE passou a ocupar papel estratégico no planejamento e na gestão escolar, tornando-se referência para a definição de metas, acompanhamento de resultados e elaboração de estratégias pedagógicas. Estudos apontam que essa centralidade, por um lado, pode favorecer o uso pedagógico dos dados e a indução de práticas voltadas para a melhoria da aprendizagem (BROOKE; CUNHA, 2011; BONAMINO; SOUSA, 2012). Por outro, também é associada a riscos e tensões, como a pressão por desempenho, o estreitamento curricular e a sobrecarga administrativa das escolas (FREITAS, 2013; RAVITCH, 2011).

Nesse contexto, este artigo busca compreender os impactos do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) na gestão escolar da rede estadual, analisando de que forma os resultados e indicadores influenciam processos de planejamento, tomada de decisão e organização do trabalho pedagógico. A questão norteadora que orienta a pesquisa é: quais impactos o SAEPE produz sobre a gestão escolar da rede pública estadual de Pernambuco?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliação em larga escala e a lógica das reformas educacionais

As avaliações externas em larga escala se tornaram centrais no debate sobre políticas educacionais contemporâneas, especialmente a partir dos anos 1990. Ball (2001) destaca que

esse movimento está associado ao processo de globalização das políticas educacionais, no qual organismos internacionais, como Banco Mundial e OCDE, passaram a difundir modelos baseados na gestão por resultados. Para o autor, esse fenômeno exemplifica a circulação de políticas em escala global, mas adaptadas a contextos locais, produzindo o que denomina “hibridização” das reformas. No Brasil, tal processo implicou a consolidação de sistemas de avaliação como o SAEB e, posteriormente, a multiplicação de iniciativas estaduais, entre as quais se destaca o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE).

Nesse quadro, a avaliação assume papel não apenas técnico, mas também político, sendo utilizada como ferramenta de regulação. Ball (2012) argumenta que as reformas inspiradas na Nova Gestão Pública (NGP) introduzem no setor educacional lógicas empresariais que deslocam a escola de sua função eminentemente formativa para uma função gerencial, onde metas e indicadores passam a orientar o cotidiano da gestão escolar.

2.2 A lógica da *accountability* na educação

O conceito de *accountability*, amplamente debatido no campo da política educacional, ganha destaque nos trabalhos de Freitas (2012, 2013), que problematiza sua apropriação no Brasil. Para o autor, a *accountability*, ao ser traduzida como responsabilização, tende a se restringir a uma dimensão punitiva, vinculada à cobrança de resultados por parte de professores e gestores. Esse modelo, ao invés de favorecer a reflexão pedagógica, reduz a avaliação a um mecanismo de controle, transferindo para a escola a responsabilidade por problemas estruturais mais amplos.

Freitas (2013) também evidencia que a responsabilização baseada em rankings e comparações estimula a competição entre escolas, desconsiderando as desigualdades sociais e regionais que afetam diretamente o desempenho dos estudantes. Nesse sentido, a avaliação, em vez de se constituir como instrumento democrático e formativo, converte-se em mecanismo de reforço das desigualdades.

2.3 Avaliação e estreitamento curricular

Um dos efeitos mais recorrentes apontados na literatura é o estreitamento curricular. Bonamino (2002) analisa como a centralidade das avaliações externas induz a práticas de “ensino para o teste” (*teaching to the test*), privilegiando conteúdos e habilidades cobrados nos

exames em detrimento de uma formação mais ampla. Esse fenômeno reduz o currículo escolar e enfraquece disciplinas não avaliadas, criando uma hierarquia de saberes.

Brooke (2006), ao examinar a relação entre avaliação e qualidade da educação, aponta que há ganhos quando os dados são utilizados para diagnósticos e planejamento, mas alerta que a excessiva valorização dos indicadores pode comprometer a diversidade curricular. Para ele, o uso inadequado das avaliações externas tende a gerar distorções, especialmente quando as políticas educacionais vinculam premiações ou sanções aos resultados.

Cunha (2011) complementa essa análise ao discutir a forma como a cultura escolar é impactada pelas avaliações. Para o autor, a priorização de conteúdos avaliados induz mudanças nas práticas pedagógicas e na gestão, impondo um ritmo escolar voltado para resultados imediatos e comprometendo a função social mais ampla da escola.

2.4 Impactos sobre a gestão e a cultura escolar

A introdução de avaliações externas em larga escala repercute de modo significativo sobre a gestão escolar. Ball (2003) descreve o que denomina “performatividade”, conceito que traduz a pressão para que professores e gestores se orientem por indicadores de desempenho. Esse processo produz efeitos subjetivos, redefinindo identidades profissionais e transformando gestores em “gerentes de resultados”.

Nessa mesma linha, Freitas (2012) analisa que os gestores escolares, diante da lógica da responsabilização, passam a mediar demandas externas com os desafios cotidianos das escolas, vivenciando tensões entre a dimensão pedagógica e a administrativa. Esse movimento gera o que o autor denomina “crise da autonomia”, já que a escola se vê cada vez mais subordinada a metas externas.

Brooke e Cunha (2011) destacam que a avaliação pode contribuir para o planejamento e para a gestão quando utilizada de forma crítica e contextualizada. Entretanto, quando os resultados são interpretados de maneira descolada da realidade social das escolas, reforçam-se desigualdades e naturalizam-se falhas estruturais. Assim, a cultura escolar passa a ser reorganizada não a partir das necessidades reais dos estudantes, mas dos parâmetros definidos por avaliações externas.

2.5 Tensões entre função diagnóstica e função de controle

Bonamino (2002) e Freitas (2013) convergem ao apontar a existência de uma tensão central no campo da avaliação: de um lado, o potencial diagnóstico e formativo; de outro, a apropriação das avaliações como instrumentos de controle. No caso de Pernambuco, o SAEPE exemplifica bem essa contradição. Embora concebido como mecanismo de apoio ao ensino, foi gradativamente ressignificado sob a lógica da *accountability*, transformando-se em referência para políticas de responsabilização e para a indução de metas de desempenho.

Ball (2012) observa que essa transição não ocorre de modo neutro, mas sim como parte de um processo político mais amplo, em que a educação é reconfigurada sob princípios de mercado. Para ele, o discurso da qualidade associado às avaliações mascara desigualdades estruturais, deslocando o debate para resultados e ocultando a necessidade de políticas sociais mais amplas.

2.6 Considerações sobre o uso pedagógico das avaliações

Apesar das críticas, os autores também reconhecem que as avaliações podem desempenhar papel positivo quando utilizadas em uma perspectiva pedagógica. Brooke e Cunha (2011) argumentam que os dados gerados pelos exames podem apoiar decisões mais informadas, desde que articulados a processos de formação docente e a práticas de reflexão coletiva nas escolas. Bonamino (2002) reforça a importância de se compreender as avaliações como parte de um processo mais amplo, que deve considerar não apenas os resultados numéricos, mas também os contextos nos quais os processos de ensino e aprendizagem ocorrem.

Freitas (2012) ressalta que o desafio está em construir modelos de *accountability* responsivos e democráticos, que articulem transparência e participação, evitando o caráter punitivo que hoje predomina. Nesse sentido, a avaliação poderia contribuir para a equidade, ao invés de reforçar desigualdades, se vinculada a políticas inclusivas e à valorização da autonomia escolar.

3. METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, cujo objetivo é analisar os impactos do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) sobre a gestão escolar da rede pública estadual. A escolha desse enfoque justifica-se pelo caráter crítico e analítico da pesquisa, que busca compreender sentidos e repercussões do uso das avaliações externas para além da dimensão quantitativa de seus resultados.

O procedimento metodológico central consistiu em uma revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica contemplou autores que problematizam as políticas de avaliação e *accountability* na educação, em especial Ball (2001, 2012), Freitas (2012, 2013), Bonamino (2002), Brooke e Cunha (2011), cujas contribuições foram fundamentais para a construção do referencial teórico. Esses autores discutem a lógica da responsabilização, os efeitos do estreitamento curricular e as transformações da cultura escolar, elementos centrais para a análise proposta.

A análise documental abrangeu relatórios oficiais, normativas da Secretaria de Educação de Pernambuco e estudos produzidos por instituições como o CAEd, que subsidiam a implementação e a interpretação dos resultados do SAEPE. O exame desses materiais permitiu identificar como os indicadores de desempenho vêm sendo apropriados pelas políticas públicas e incorporados à gestão escolar.

O método adotado articula as categorias analíticas presentes no referencial teórico às evidências coletadas nos documentos, possibilitando uma interpretação crítica dos efeitos do SAEPE. Dessa forma, a pesquisa privilegia a compreensão de processos e significados, ao invés da mensuração estatística, reconhecendo que os impactos das avaliações externas só podem ser entendidos quando contextualizados nas práticas escolares e nas relações de poder que atravessam as políticas educacionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada evidenciou diferentes repercussões do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) na gestão escolar da rede pública estadual, que podem ser agrupadas em três eixos principais: a apropriação dos resultados e sua utilização na

formulação de políticas, os efeitos do estreitamento curricular e da performatividade, e as tensões em torno da autonomia e identidade profissional.

4.1 Apropriação dos resultados e gestão por indicadores

Os documentos analisados indicam que o SAEPE consolidou-se como ferramenta de formulação de políticas públicas, fornecendo indicadores que orientam o planejamento estratégico da Secretaria de Educação e das próprias escolas. Contudo, Ball (2001, 2012) alerta que a centralidade atribuída a tais indicadores se insere em uma lógica de performatividade, na qual escolas e gestores passam a ser avaliados não por sua função social, mas por sua capacidade de atender a metas predefinidas. Nesse sentido, embora os dados gerados pelo SAEPE possam subsidiar decisões pedagógicas, a ênfase em sua dimensão quantitativa limita a construção de diagnósticos mais complexos sobre a realidade educacional.

4.2 Estreitamento curricular e cultura do ranqueamento

Outro resultado identificado refere-se ao impacto do SAEPE sobre o currículo e sobre a cultura escolar. Bonamino (2002) aponta que a centralidade das avaliações externas induz ao estreitamento curricular, priorizando conteúdos avaliados em detrimento de uma formação mais ampla. Essa tendência foi confirmada na análise documental, que evidenciou a elaboração de materiais, formações e planos de ação centrados nos descritores da avaliação. Brooke e Cunha (2011) destacam que essa lógica reforça a competição entre escolas e naturaliza comparações por meio de rankings, o que, em vez de promover cooperação, fomenta uma cultura de responsabilização individualizada.

4.3 Autonomia, identidade e responsabilização

Os efeitos do SAEPE também se manifestam sobre a autonomia docente e a identidade dos gestores escolares. Freitas (2012, 2013) demonstra que a *accountability* punitiva tende a pressionar profissionais, reduzindo sua liberdade criativa e reforçando práticas administrativas em detrimento de projetos pedagógicos mais amplos. Os documentos analisados confirmam esse movimento, ao evidenciar que gestores e equipes escolares passam a se orientar prioritariamente pelos indicadores de desempenho, internalizando metas e objetivos externos. Esse processo, como alerta Ball (2003), caracteriza a performatividade, em que a identidade dos sujeitos passa a ser moldada pela lógica da avaliação.

4.4 Entre a função diagnóstica e a função de controle

A principal contradição identificada é a tensão entre o papel formativo do SAEPE e sua apropriação como mecanismo de controle. Enquanto a função diagnóstica poderia subsidiar reflexões pedagógicas e orientar políticas inclusivas, seu uso para fins de responsabilização limita a autonomia escolar e reforça desigualdades. Bonamino (2002) e Freitas (2013) convergem ao afirmar que o desafio reside em construir modelos de avaliação que superem a lógica punitiva e possibilitem processos participativos de análise, nos quais os resultados sejam interpretados coletivamente.

5. CONCLUSÕES

A análise realizada evidenciou que o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), embora relevante como instrumento de monitoramento da rede estadual, tem sido apropriado predominantemente sob a lógica da *accountability*, o que privilegia metas, indicadores e rankings em detrimento de uma concepção mais ampla e democrática de qualidade educacional. Essa dinâmica impacta diretamente a gestão escolar, ao induzir estreitamento curricular, pressionar docentes e gestores e reforçar práticas voltadas à performatividade.

Verificou-se, ainda, que os efeitos do SAEPE expressam a tensão entre sua função diagnóstica e seu uso como mecanismo de controle. De um lado, o sistema possui potencial para subsidiar reflexões pedagógicas e orientar políticas públicas de melhoria da aprendizagem; de outro, sua apropriação punitiva e comparativa limita a autonomia escolar, enfraquece a identidade profissional e intensifica desigualdades entre escolas.

Conclui-se que o SAEPE pode contribuir de forma efetiva para a qualidade da educação se estiver articulado a políticas públicas inclusivas, à formação continuada dos profissionais da educação e à valorização da autonomia escolar. Defende-se, portanto, uma abordagem equilibrada e crítica do uso das avaliações externas, capaz de respeitar a diversidade dos contextos escolares e promover uma visão ampla, participativa e humanizada da qualidade do ensino.

6. REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. *Políticas globais e relações locais na educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BALL, Stephen J. *Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional*. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 2, p. 283-300, 2012.

BONAMINO, Alicia. *Avaliação da educação básica no Brasil: dimensões e tensões*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 91-113, 2002.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria A. A. *Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados*. Estudos & Pesquisas Educacionais, São Paulo, n. 2, p. 23-79, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 379-404, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Políticas de responsabilização: entre a solução imaginária e a solução ideológica*. Cadernos CEDES, Campinas, v. 32, n. 86, p. 255-277, 2012.

RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.